

ALTO DO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2020

# ALTO DO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2020

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Alto do Sertão Participações S.A - Em recuperação judicial  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alto do Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto do Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alto do Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas bem como as destinações do resultado daquele exercício foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfases

### Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foram examinadas, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião em 01 de outubro de 2020, quanto a ausência de aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e destinações dos resultados de exercícios anteriores. Com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, nosso entendimento foi que estas incertezas foram superadas para esse exercício.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais – R\$)

| ATIVOS                        | Nota explicativa | Consolidado      |                  | Controladora  |               | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                        | Nota explicativa | Consolidado      |                  | Controladora  |               |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|---|------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|
|                               |                  | 31/12/2020       | 31/12/2019       | 31/12/2020    | 31/12/2019    |   |                  | 31/12/2020       | 31/12/2019       | 31/12/2020    | 31/12/2019    |
| <b>CIRCULANTES</b>            |                  |                  |                  |               |               | <b>CIRCULANTES</b>                                  |                  |                  |                  |               |               |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4                | 23               | 18               | 1             | -             | Fornecedores  | 8                | 8.844            | 206.480          | -             | -             |
| Tributos a recuperar          | 5                | 3.982            | 2.994            | -             | -             | Empréstimos e financiamentos                        | 9                | 113              | 1.122.080        | 7             | 23.123        |
| Despesas antecipadas          |                  | 533              | 426              | -             | -             | Tributos a recolher                                 | 10               | 3.450            | 3.791            | -             | -             |
| Outros créditos               |                  | 201              | 143              | -             | -             | Arrendamentos a pagar                               | 7.2              | 67               | 55               | -             | -             |
| Total do ativo circulante     |                  | <u>4.739</u>     | <u>3.581</u>     | <u>1</u>      | <u>-</u>      | Contas a pagar - CCEE                               | 11               | 10.466           | 31.572           | -             | -             |
| <b>NÃO CIRCULANTES</b>        |                  |                  |                  |               |               | <b>NÃO CIRCULANTES</b>                              |                  |                  |                  |               |               |
| Depósitos Judiciais           |                  | 97               | 1.414            | -             | -             | Partes relacionadas                                 | 13               | 14.536           | 7.127            | -             | -             |
| Partes relacionadas           | 13               | -                | -                | 99.829        | 51.951        | Outras contas a pagar                               | 12               | 3.261            | 17.800           | -             | -             |
| Imobilizado                   | 7                | 1.260.020        | 1.261.579        | -             | -             | Total do passivo circulante                         |                  | <u>40.737</u>    | <u>1.388.905</u> | <u>7</u>      | <u>23.123</u> |
| Total do ativo não circulante |                  | <u>1.260.117</u> | <u>1.262.993</u> | <u>99.829</u> | <u>51.951</u> | <b>NÃO CIRCULANTES</b>                              |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Fornecedores  |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Arrendamentos a pagar                               |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Empréstimos e financiamentos                        |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Tributos a recolher                                 |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Contas a pagar - CCEE                               |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Partes relacionadas                                 |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Provisão para perda sobre investimentos             |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Outras contas a pagar                               |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Total do passivo não circulante                     |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO                         |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Capital social                                      |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Prejuízos acumulados                                |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | Total do patrimônio líquido negativo                |                  |                  |                  |               |               |
|                               |                  |                  |                  |               |               | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO   |                  |                  |                  |               |               |
| TOTAL DO ATIVO                |                  | <u>1.264.856</u> | <u>1.266.574</u> | <u>99.830</u> | <u>51.951</u> |   |                  | <u>1.264.856</u> | <u>1.266.574</u> | <u>99.830</u> | <u>51.951</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

|   | Nota<br>explicativa | Consolidado |            | Controladora |            |
|---|---------------------|-------------|------------|--------------|------------|
|   |                     | 31/12/2020  | 31/12/2019 | 31/12/2020   | 31/12/2019 |
| RECEITA (DESPESAS)  |                     |             |            |              |            |
| Gerais e administrativas  |                     | (18.421)    | (20.502)   | (1)          | 100        |
| Amortizações  | 7                   | (442)       | (530)      | -            | -          |
| Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado               | 7                   | (3.646)     | (193.363)  | -            | -          |
| Outras receitas (despesas) líquidas                             |                     | (24.645)    | (50.129)   | -            | -          |
| Total   | 16                  | (47.154)    | (264.524)  | (1)          | 100        |
|   |                     |             |            |              |            |
| Resultado de equivalência patrimonial                           | 6                   | -           | -          | (11.083)     | (533.053)  |
| Total   |                     | (47.154)    | (264.524)  | (11.084)     | (532.953)  |
|   |                     |             |            |              |            |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO                          |                     | (47.154)    | (264.524)  | (11.084)     | (532.953)  |
|   |                     |             |            |              |            |
| RESULTADO FINANCEIRO  |                     |             |            |              |            |
| Receitas financeiras  |                     | 26          | 120        | -            | -          |
| Despesas financeiras  |                     | 37.691      | (272.469)  | 1.647        | (3.677)    |
| Total   | 17                  | 37.717      | (272.349)  | 1.647        | (3.677)    |
|   |                     |             |            |              |            |
| PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA<br>E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL  |                     | (9.437)     | (536.873)  | (9.437)      | (536.630)  |
|   |                     |             |            |              |            |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes              | 18                  | -           | 243        | -            | -          |
|   |                     |             |            |              |            |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO   |                     | (9.437)     | (536.630)  | (9.437)      | (536.630)  |
|   |                     |             |            |              |            |
| Prejuízo básico e diluído por ação (expresso em<br>reais - R\$) | 15.3                |             |            | (0,01)       | (0,36)     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais – R\$)

|   | <u>Consolidado</u> |                   | <u>Controladora</u> |                   |
|---|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2020</u>  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2020</u>   | <u>31/12/2019</u> |
| Prejuízo do exercício                   | (9.437)            | (536.630)         | (9.437)             | (536.630)         |
| Outros resultados abrangentes           | -                  | -                 | -                   | -                 |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO | <u>(9.437)</u>     | <u>(536.630)</u>  | <u>(9.437)</u>      | <u>(536.630)</u>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais – R\$)

|                                  | Nota<br>explicativa | Capital<br>social | Capital<br>a integralizar | Prejuízos<br>acumulados | Total do<br>patrimônio<br>líquido da<br>controladora<br>e consolidado |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------------|-------------------------|---|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 |                     | 1.516.319         | (109.099)                 | (1.226.187)             | 181.033   |
| Aumento de capital               |                     | 55.549            | 109.099                   | -                       | 164.648   |
| Redução de capital               |                     | (7.912)           | -                         | -                       | (7.912)   |
| Prejuízo do exercício            |                     | -                 | -                         | (536.630)               | (536.630)   |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 15                  | 1.563.956         | -                         | (1.762.817)             | (198.861)   |
| Prejuízo do exercício            |                     | -                 | -                         | (9.437)                 | (9.437)   |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 15                  | <u>1.563.956</u>  | <u>-</u>                  | <u>(1.772.254)</u>      | <u>(208.298)</u>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais – R\$)**

|  | Nota<br>explicativa | Consolidado     |                 | Controladora    |                  |
|--|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
|  |                     | 31/12/2020      | 31/12/2019      | 31/12/2020      | 31/12/2019       |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |                     |                 |                 |                 |                  |
| Prejuízo do exercício  |                     | (9.437)         | (536.630)       | (9.437)         | (536.630)        |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais: |                     |                 |                 |                 |                  |
| Resultado de equivalência patrimonial  | 6                   | -               | -               | 11.083          | 533.053          |
| Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado  | 7                   | 3.646           | 193.362         | -               | -                |
| Amortizações   | 7                   | 442             | 530             | -               | -                |
| Valor residual do ativo imobilizado baixado  | 7                   | -               | 6.740           | -               | -                |
| Comissões e outras penalidades   | 9.1                 | (9.006)         | 52.150          | -               | 1.042            |
| Juros sobre empréstimos  | 9.1, 17             | (20.320)        | 160.388         | (1.647)         | 2.635            |
| Multa sobre ressarcimento  | 11.1                | 10.526          | 25.914          | -               | -                |
| Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas  |                     | (3.251)         | 1.770           | -               | -                |
| Juros sobre fornecedores e tributos a recolher   |                     | 1.240           | 28.205          | -               | -                |
| Atualização depósitos judiciais  |                     | (1)             | (9)             | -               | -                |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais:   |                     |                 |                 |                 |                  |
| Tributos a recuperar   |                     | (988)           | (771)           | -               | -                |
| Despesas antecipadas   |                     | (107)           | 1.664           | -               | -                |
| Depósitos judiciais  |                     | 1.318           | (1.318)         | -               | -                |
| Outros créditos  |                     | (58)            | (40)            | -               | -                |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais:   |                     |                 |                 |                 |                  |
| Fornecedores   |                     | (17.202)        | 29.711          | -               | (100)            |
| Tributos a recolher  |                     | (2.022)         | (4.558)         | -               | -                |
| Outras contas a pagar  |                     | 3.755           | -               | -               | -                |
| Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos   | 9.1                 | -               | (3.312)         | -               | -                |
| Pagamento multa sobre ressarcimento  | 11.1                | (765)           | (13.217)        | -               | -                |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social  |                     | (1.172)         | (727)           | -               | -                |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais   |                     | <u>(43.402)</u> | <u>(60.148)</u> | <u>(1)</u>      | <u>-</u>         |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>  |                     |                 |                 |                 |                  |
| Aportes de capital em investidas   | 6.1, 21             | -               | -               | -               | (50.026)         |
| Aquisição de imobilizado   | 7, 21               | (2.151)         | (21.330)        | -               | -                |
| Partes relacionadas  |                     | -               | -               | (47.878)        | (51.951)         |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos   |                     | <u>(2.151)</u>  | <u>(21.330)</u> | <u>(47.878)</u> | <u>(101.977)</u> |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   |                     |                 |                 |                 |                  |
| Aumento de capital   | 15.2, 21            | -               | 50.026          | -               | 50.026           |
| Valores recebidos de empréstimos e financiamentos  | 9.1                 | -               | 24.400          | -               | -                |
| Pagamentos de empréstimos  | 9.1, 21             | (10.000)        | (50.689)        | -               | -                |
| Pagamento de passivos de arrendamento  | 7.2                 | (1.749)         | (1.332)         | -               | -                |
| Partes relacionadas  |                     | 57.307          | 57.736          | 47.880          | 51.951           |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento   |                     | <u>45.558</u>   | <u>80.141</u>   | <u>47.880</u>   | <u>101.977</u>   |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>   |                     | <u>5</u>        | <u>(1.337)</u>  | <u>1</u>        | <u>-</u>         |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício   | 4                   | 18              | 1.355           | -               | -                |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício  | 4                   | 23              | 18              | 1               | -                |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>   |                     | <u>5</u>        | <u>(1.337)</u>  | <u>1</u>        | <u>-</u>         |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”, “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 1º de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1. Das autorizações1.1.1. Mercado Regulado (ACR)

Contrato: LER 05/2013

Prazo da autorização: 35 anos

| <u>Companhias</u>  | <u>Resolução ANEEL</u> | <u>Data da resolução</u> | <u>Capacidade de produção instalada*</u> |
|--|------------------------|--------------------------|--|
| Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial                 | 109                    | 19/03/2014               | 23,70 MW                                 |
| Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial               | 123                    | 24/03/2014               | 16,20 MW                                 |
| Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial               | 111                    | 19/03/2014               | 8,10 MW                                  |
| Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial       | 115                    | 19/03/2014               | 21,00 MW                                 |
| Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial           | 113                    | 19/03/2014               | 9,00 MW                                  |
| Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial | 116                    | 19/03/2014               | 21,00 MW                                 |
| Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial           | 114                    | 19/03/2014               | 21,60 MW                                 |
| Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial                | 110                    | 19/03/2014               | 15,00 MW                                 |
| Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial              | 132                    | 28/03/2014               | 23,40 MW                                 |

\* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1.2. Mercado Livre (ACL)

Contrato: ACL (Light I)

Prazo da autorização: 30 anos

| <u>Companhias</u>  | <u>Resolução ANEEL</u> | <u>Data da resolução</u> | <u>Capacidade de produção instalada*</u> |
|--|------------------------|--------------------------|--|
| Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial        | 5099                   | 26/03/2015               | 13,50 MW                                 |
| Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial        | 5092                   | 26/03/2015               | 21,60 MW                                 |
| Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial     | 5093                   | 26/03/2015               | 16,20 MW                                 |
| Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial        | 5098                   | 26/03/2015               | 16,50 MW                                 |
| Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial | 5085                   | 26/03/2015               | 16,20 MW                                 |
| Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial          | 5081                   | 26/03/2015               | 16,20 MW                                 |
| Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial       | 5088                   | 26/03/2015               | 18,90 MW                                 |
| Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial          | 5084                   | 26/03/2015               | 13,50 MW                                 |
| Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial      | 5091                   | 26/03/2015               | 18,90 MW                                 |
| Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial       | 5087                   | 26/03/2015               | 16,50 MW                                 |
| Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial          | 5496                   | 01/10/2015               | 12,00 MW                                 |
| Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial      | 5125                   | 01/04/2015               | 14,40 MW                                 |
| Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial     | 5126                   | 01/04/2015               | 18,00 MW                                 |
| Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial   | 162                    | 22/05/2013               | 18,90 MW                                 |

\* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

1.2. Comercialização de energia:

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

| Companhias do Grupo  | Ref. Contrato | Compradora | Valor original do Contrato | Valores                        |                           |                            | Prazo   |        |                    |                 |
|--|---------------|------------|----------------------------|--------------------------------|---------------------------|----------------------------|---------|--------|--------------------|-----------------|
|  |               |            |                            | Energia anual contratada (MWh) | Preço histórico MWh (R\$) | Preço atualizado MWh (R\$) | Inicial | Final  | Índice de correção | Mês de reajuste |
| Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial                 | LER 05/2013   | CCEE       | 202.880                    | 96.360                         | 105,20                    | 151,26                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial               | LER 05/2013   | CCEE       | 137.544                    | 60.444                         | 113,70                    | 163,49                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial               | LER 05/2013   | CCEE       | 76.101                     | 34.164                         | 111,30                    | 160,04                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial       | LER 05/2013   | CCEE       | 176.183                    | 84.972                         | 103,60                    | 148,96                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial           | LER 05/2013   | CCEE       | 82.350                     | 39.420                         | 104,38                    | 150,09                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial | LER 05/2013   | CCEE       | 173.200                    | 83.220                         | 103,99                    | 149,52                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial           | LER 05/2013   | CCEE       | 187.680                    | 88.476                         | 105,99                    | 152,40                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial                | LER 05/2013   | CCEE       | 135.964                    | 64.824                         | 104,80                    | 150,69                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |
| Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial              | LER 05/2013   | CCEE       | 198.004                    | 93.732                         | 105,55                    | 151,77                     | set/15  | ago/35 | IPCA               | setembro        |

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos que comercializaram energia no LER 2013 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015, contudo estão atrasados. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 11).

1.2.2. Mercado Livre (ACL)

As demais controladas indiretas possuem contratos no mercado livre que totalizam 100,2 MW médio<sup>(\*)</sup> de energia contratada conforme quadro abaixo:

| Projetos | Fonte  | Energia Vendida (MW médio*) | Vigência do contrato |
|----------|--------|-----------------------------|----------------------|
| Light I  | Eólica | 100,2                       | até ago/2035         |

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Esses contratos foram comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A.- em recuperação judicial ("Renova Comercializadora"), controlada direta da Renova Energia e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. Como esses parques ainda não estão em operação, a Renova Comercializadora compra energia no mercado.

Adicionalmente a controladora Renova Energia, possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e que requerem inclusive a suspensão das referidas Resoluções Autorizativas. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto nos Planos de Recuperação Judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Até a data da emissão das presentes demonstrações financeiras não havia nenhuma modificação no contexto desses procedimentos administrativos.

### 1.3. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e suas controladas, e um segundo plano contemplando a Controladora indireta e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia e suas controladas reconheceram os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade Debtor in Possession (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipley”) e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 22.1);
- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 22.2) e, e) outros projetos em desenvolvimento;

- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos da Companhia e suas controladas negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes conforme apresentado a seguir:

| <u>Classes</u>   | <u>Saldo aprovado no plano de recuperação judicial</u> | <u>Pagamentos</u> | <u>Juros / Encargos</u> | <u>Saldo em 31/12/2020</u> |
|--|--|-------------------|-------------------------|----------------------------|
| Classe I – credores trabalhistas                               | 3.223  | -                 | -                       | 3.223                      |
| Classe II - credores com garantia real                         | 1.023.328  | (10.000)          | 38.734                  | 1.052.062                  |
| Classe III - credores quirografários                           | 255.076  | -                 | 1.073                   | 256.149                    |
| Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte | 2.334  | -                 | -                       | 2.334                      |
| <u>Total</u>   | <u>1.283.961</u>                                       | <u>(10.000)</u>   | <u>39.807</u>           | <u>1.313.768</u>           |

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano.
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
  - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
  - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

No que se refere ao pagamento da Classe I, o Grupo Renova interpôs recurso especial, com pedido de efeito suspensivo, contraparte da decisão homologatória que afastou o disposto nas cláusulas 8.2.1.3 dos Planos de Recuperação Judicial que, em suma, limitou o marco final de pagamento dessa classe ao dia 08 de maio de 2021. Em 06 de maio de 2021, foi concedido o efeito suspensivo contra a citada decisão homologatória. A Companhia insiste na manutenção das referidas cláusulas, que desloca o marco final de pagamento para 18 de dezembro de 2021.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

| Ano   | 1ª parcela<br>semestral | 2ª parcela<br>semestral | Ano    | 1ª parcela<br>semestral | 2ª parcela<br>semestral |
|-------|-------------------------|-------------------------|--------|-------------------------|-------------------------|
| Ano 3 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 8  | 5,0%                    | 5,0%                    |
| Ano 4 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 9  | 5,0%                    | 5,0%                    |
| Ano 5 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 10 | 5,0%                    | 16,0%                   |
| Ano 6 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 11 | 16,0%                   | 18,0%                   |
| Ano 7 | 2,5%                    | 2,5%                    |        |                         |                         |

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Diamantina, controlada da Companhia, amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

| Ano   | 1ª parcela<br>semestral | 2ª parcela<br>semestral | Ano    | 1ª parcela<br>semestral | 2ª parcela<br>semestral |
|-------|-------------------------|-------------------------|--------|-------------------------|-------------------------|
| Ano 3 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 9  | 2,5%                    | 5,0%                    |
| Ano 4 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 10 | 5,0%                    | 5,0%                    |
| Ano 5 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 11 | 5,0%                    | 5,0%                    |
| Ano 6 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 12 | 5,0%                    | 5,0%                    |
| Ano 7 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 13 | 5,0%                    | 5,0%                    |
| Ano 8 | 2,5%                    | 2,5%                    | Ano 14 | 10,0%                   | 12,5%                   |

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

#### 1.4. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$9.437 (2019, R\$536.630) e possui prejuízos acumulados de R\$1.772.254 (2019, R\$1.762.817), bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$6 (2019, R\$23.123) (Controladora) e R\$35.998 (2019, R\$1.385.324) (Consolidado).

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 22.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III – Fase A, iii) em 06 de abril de 2021, o Grupo Renova concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa para cumprimento do plano, iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na nota 1.3 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 22.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

#### 1.5. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e conseqüentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).



Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.

## 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 11 de junho de 2021.

## 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e suas controladas.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 13).

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 8);
- Empréstimo e financiamentos (nota 9);
- Contas a pagar – CCEE (nota 11); e
- Transações com partes relacionadas (nota 13).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.3.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

##### 2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

## 2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão listadas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);

- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

## 3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 6.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;

b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e

c) eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhias consolidadas.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                        | Consolidado |            | Controladora |
|------------------------|-------------|------------|--------------|
|                        | 31/12/2020  | 31/12/2019 | 31/12/2020   |
| Caixa                  | 5           | 7          | -            |
| Bancos conta movimento | 18          | 11         | 1            |
| Total                  | <u>23</u>   | <u>18</u>  | <u>1</u>     |

## 5. TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

|                             | 31/12/2020   | 31/12/2019   |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| IRPJ a compensar            | 544          | 859          |
| COFINS a recuperar          | 2.795        | 1.714        |
| PIS a recuperar             | 607          | 372          |
| Outros impostos a compensar | 36           | 49           |
| Total                       | <u>3.982</u> | <u>2.994</u> |

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos apurados sobre as despesas com TUST.

Os montantes correspondentes a IRPJ a compensar, e outros impostos a recuperar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2021. Enquanto os saldos de PIS e COFINS a recuperar seguem sendo acumulados para compensação com débitos futuros.

## 6. INVESTIMENTOS

|                        | <u>Diamantina Eólica</u> |                 |                           |                              |
|------------------------|--------------------------|-----------------|---------------------------|------------------------------|
|                        | <u>Ativos</u>            | <u>Passivos</u> | <u>Patrimônio líquido</u> | <u>Prejuízo do exercício</u> |
| 31 de dezembro de 2020 | 1.070.600                | 1.257.421       | (186.821)                 | (11.083)                     |
| 31 de dezembro de 2019 | 1.068.740                | 1.244.478       | (175.738)                 | (533.053)                    |

### 6.1 Movimentação do investimento

|            |                   |                | <u>31/12/2019</u>    | <u>Equivalência patrimonial</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------|-------------------|----------------|----------------------|---------------------------------|-------------------|
| Diamantina |                   |                | (175.738)            | (11.083)                        | (186.821)         |
|            | <u>31/12/2018</u> | <u>Adições</u> | <u>Cisão parcial</u> | <u>Equivalência patrimonial</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Diamantina | 200.579           | 164.648        | (7.912)              | (533.053)                       | (175.738)         |

Em 15 de maio de 2019, a Companhia aprovou, no âmbito da reorganização societária e operacional do Grupo Renova as seguintes movimentações: (i) transferência de um aerogerador mediante redução de capital da controlada indireta Centrais Eólicas Umbuzeiro, e conseqüentemente do seu capital, para a parte relacionada Centrais Elétricas Itaparica S.A., no montante de R\$7.912, e (iii) transferência de outros ativos no montante de R\$176, mediante redução de capital da parte relacionada Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda para a controlada Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A., reconhecidos no imobilizado, mediante aumento de capital tanto da controlada quanto da Companhia (Nota 15.2).

## 7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

|  | Saldos em<br>31/12/2018 | Adições         | Reclassificações<br>entre rubricas <sup>1</sup> | Cisão <sup>2</sup> | Baixas         | Saldos em<br>31/12/2019 | Adições        | Reclassificações<br>entre rubricas <sup>1</sup> | Saldos em<br>31/12/2020 |
|--|-------------------------|-----------------|---|--------------------|----------------|-------------------------|----------------|---|-------------------------|
| Imobilizado em curso   |                         |                 |   |                    |                |                         |                |   |                         |
| A ratear   | 330.807                 | 583             | (249)   | -                  | -              | 331.141                 | -              | (432)   | 330.709                 |
| Terrenos   | 8.335                   | -               | -   | -                  | -              | 8.335                   | -              | -   | 8.335                   |
| Edificações, obras civis e<br>benfeitorias   | 224.407                 | 6.676           | 240   | -                  | -              | 231.323                 | 32             | 9   | 231.364                 |
| Torres de medição  | 2.687                   | -               | -   | -                  | -              | 2.687                   | 576            | -   | 3.263                   |
| Aerogeradores  | 1.285.542               | 109.718         | (345)   | (7.912)            | (6.740)        | 1.380.263               | 17             | -   | 1.380.280               |
| Equipamentos de subestação   | 279.481                 | 13.002          | 1.260   | -                  | -              | 293.743                 | 1.305          | 204   | 295.252                 |
| Adiantamentos a fornecedores<br>Provisão para perda ao valor<br>recuperável do imobilizado | 1.543                   | 626             | (1.501)   | -                  | -              | 668                     | 221            | (220)   | 669                     |
|  | (803.937)               | (193.362)       | -   | -                  | -              | (997.299)               | (3.646)        | -   | (1.000.945)             |
| Total do imobilizado em curso  | <u>1.328.865</u>        | <u>(62.757)</u> | <u>(595)</u>                                    | <u>(7.912)</u>     | <u>(6.740)</u> | <u>1.250.861</u>        | <u>(1.495)</u> | <u>(439)</u>                                    | <u>1.248.927</u>        |
| Direito de uso   |                         |                 |   |                    |                |                         |                |   |                         |
| Contratos de arrendamento  | -                       | 11.248          | -   | -                  | -              | 11.248                  | 817            | -   | 12.065                  |
| (-) Amortização contratos de<br>arrendamento - despesa                                     | -                       | (530)           | -   | -                  | -              | (530)                   | (442)          | -   | (972)                   |
| Total direito de uso   | -                       | 10.718          | -   | -                  | -              | 10.718                  | 375            | -   | 11.093                  |
| Total do imobilizado   | <u>1.328.865</u>        | <u>(52.039)</u> | <u>(595)</u>                                    | <u>(7.912)</u>     | <u>(6.740)</u> | <u>1.261.579</u>        | <u>(1.120)</u> | <u>(439)</u>                                    | <u>1.260.020</u>        |

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Nota 2: Vide nota explicativa 6.1 e 15.2.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos com a construção dos parques eólicos, cujas obras encontram-se paralisadas.

Em 21 de maio de 2019, a parte relacionada Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. cedeu os créditos detidos contra o fornecedor Alstom Energias Renováveis Ltda., no montante de R\$109.099 que foram reconhecidos na rubrica de aerogeradores, no imobilizado das controladas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas procederam a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 5,56% ao ano, o qual resultou em uma perda complementar de R\$3.646, nos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A, que foi registrada no resultado do exercício. Assim o saldo da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos é de R\$997.299 (R\$1.000.945 em 31 de dezembro de 2019).

## 7.1 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia e suas controladas estimam um custo aproximado de R\$53.424, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

## 7.2 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia identificou 135 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

|   | <u>31/12/2020</u> |                                 | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|---------------------------------|-------------------|
| Ativo   |                   | Passivo                         |                   |
| Não circulante                                |                   | Circulante                      |                   |
| Imobilizado                                   |                   | Arrendamentos a pagar           | 1.783             |
| Direito de uso do ativo arrendado             | 12.065            | (-) Juros a apropriar           | <u>(1.716)</u>    |
| (-) Direito de uso - contrato de arrendamento | <u>(972)</u>      | Total do passivo circulante     | 67                |
|   | 11.093            | Não circulante                  |                   |
|   |                   | Arrendamentos a pagar           | 44.904            |
|   |                   | (-) Juros a apropriar           | <u>(33.207)</u>   |
|   |                   | Total do passivo não circulante | 11.697            |
| Ativo total                                   | <u>11.093</u>     | Passivo total                   | <u>11.764</u>     |

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

|                                       |                     |
|---------------------------------------|---------------------|
| Despesas                              |                     |
| Amortização direito de uso            | 442                 |
| Resultado financeiro                  |                     |
| Juros sobre obrigação de arrendamento | <u>1.707</u>        |
| Total                                 | <u><u>2.149</u></u> |

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Juros</u>  | <u>Principal</u> |
|--------------------------|---------------|------------------|
| 2021                     | 1.716         | 1.783            |
| 2022                     | 1.709         | 1.757            |
| 2023                     | 1.702         | 1.757            |
| 2024                     | 1.693         | 1.757            |
| 2025 a 2029              | 8.283         | 8.783            |
| 2030 a 2034              | 7.748         | 8.783            |
| 2035 a 2039              | 6.640         | 8.783            |
| 2040 a 2044              | 4.348         | 8.783            |
| 2045 a 2049              | 1.084         | 4.501            |
| Total                    | <u>34.923</u> | <u>46.687</u>    |

#### 8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

|                                   | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores                      | 6.429             | 206.480           |
| Fornecedores recuperação judicial | <u>181.577</u>    | <u>-</u>          |
|                                   | 188.006           | 206.480           |
| Apresentados como:                |                   |                   |
| Circulante                        | 8.844             | 206.480           |
| Não circulante                    | <u>179.162</u>    | <u>-</u>          |
| Total                             | <u>188.006</u>    | <u>206.480</u>    |

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$181.577, sendo R\$179.243 – Classe III e R\$2.334 - Classe IV.



## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

|                | Custo da Dívida | 31/12/2020 |                |                  |                  |                  | 31/12/2019     |                |                  |
|----------------|-----------------|------------|----------------|------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
|                |                 | Circulante | Não Circulante |                  | Total            | Total geral      | Circulante     |                |                  |
|                |                 | Encargos   | Encargos       | Principal        |                  |                  | Encargos       | Principal      | Total            |
| BNDES - Ponte  |                 |            |                |                  |                  |                  |                |                |                  |
| Subcrédito "C" | 100% CDI*       | 44         | 17.187         | 445.253          | 462.440          | 462.484          | 241.580        | 248.977        | 490.557          |
| Banco Bradesco | 100% CDI*       | 32         | 12.196         | 323.034          | 335.230          | 335.262          | 113            | 341.106        | 341.219          |
| Banco Itaú     | 100% CDI*       | 11         | 4.461          | 118.183          | 122.644          | 122.655          | 41             | 124.795        | 124.836          |
| Citibank       | 100% CDI*       | 8          | 3.005          | 79.585           | 82.590           | 82.598           | 28             | 83.221         | 83.249           |
| Banco ABC      | 100% CDI*       | 5          | 1.785          | 47.273           | 49.058           | 49.063           | 17             | 49.917         | 49.934           |
| Banco Modal    | 0,5% a.a. + TR* | 7          | 83             | 21.386           | 21.469           | 21.476           | 7.081          | 16.042         | 23.123           |
| Banco Bradesco | 0,5% a.a. + TR* | 3          | 17             | 4.674            | 4.691            | 4.694            | 328            | 4.255          | 4.583            |
| Banco Itaú     | 0,5% a.a. + TR* | 3          | 16             | 4.503            | 4.519            | 4.522            | 326            | 4.253          | 4.579            |
| <b>TOTAL</b>   |                 | <b>113</b> | <b>38.750</b>  | <b>1.043.891</b> | <b>1.082.641</b> | <b>1.082.754</b> | <b>249.514</b> | <b>872.566</b> | <b>1.122.080</b> |

\*As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

a) BNDES (Empréstimo-ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

As dívidas com esses bancos foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A., Diamantina Eólica Participações S.A. e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chipley, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b) Banco Modal (CCB)

Em 10 de novembro de 2015, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. que teve vencimento em 10 de setembro de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 31 de maio de 2019, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a controladora Renova Energia e a controlada Diamantina como avalistas.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

c) Outros empréstimos – capital de giro

Em 19 de julho de 2019, a controlada Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela Companhia e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 12) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados acima foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

9.1. Movimentação

|  | Consolidado |           |           | Controladora |          |         |
|--|-------------|-----------|-----------|--------------|----------|---------|
|  | Principal   | Encargos  | Total     | Principal    | Encargos | Total   |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018                 | 941.205     | 13.831    | 955.036   | 15.000       | 4.446    | 19.446  |
| Financiamentos obtidos                           | 24.400      | -         | 24.400    | -            | -        | -       |
| Comissões e outras penalidades                   | 52.150      | -         | 52.150    | 1.042        | -        | 1.042   |
| Encargos financeiros provisionados               | -           | 160.388   | 160.388   | -            | 2.635    | 2.635   |
| Encargos financeiros pagos                       | -           | (3.312)   | (3.312)   | -            | -        | -       |
| Atualização e incorporação de juros ao principal | (78.607)    | 78.607    | -         | -            | -        | -       |
| Amortização de financiamento                     | (66.582)    | -         | (66.582)  | -            | -        | -       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019                 | 872.566     | 249.514   | 1.122.080 | 16.042       | 7.081    | 23.123  |
| Comissões e outras penalidades                   | (9.006)     | -         | (9.006)   | -            | -        | -       |
| Provisão (reversão) dos encargos financeiros     | -           | (20.320)  | (20.320)  | -            | (1.647)  | (1.647) |
| Atualização e incorporação de juros ao principal | 190.331     | (190.331) | -         | 5.344        | (5.344)  | -       |
| Amortização de financiamento                     | (10.000)    | -         | (10.000)  | -            | -        | -       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020                 | 1.043.891   | 38.863    | 1.082.754 | 21.386       | 90       | 21.476  |

## 10. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

|                               | <u>31/12/2020</u>   | <u>31/12/2019</u>    |
|-------------------------------|---------------------|----------------------|
| Tributos retidos de terceiros | 269                 | 747                  |
| Tributos em parcelamento      | 9.420               | 12.132               |
| Outros impostos a recolher    | <u>254</u>          | <u>26</u>            |
| Total                         | <u><u>9.943</u></u> | <u><u>12.905</u></u> |
| Apresentados como:            |                     |                      |
| Circulante                    | 3.450               | 3.791                |
| Não circulante                | <u>6.493</u>        | <u>9.114</u>         |
| Total                         | <u><u>9.943</u></u> | <u><u>12.905</u></u> |

Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2020 incluem multa e juros de mora. Em dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas incluíram os saldos a pagar de IRRF, PIS e COFINS no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

## 11. CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

|                | <u>31/12/2020</u>    | <u>31/12/2019</u>    |
|----------------|----------------------|----------------------|
| Circulante     | 10.466               | 31.572               |
| Não Circulante | <u>31.832</u>        | <u>848</u>           |
| Total          | <u><u>42.298</u></u> | <u><u>32.420</u></u> |

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$27.921 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas do LER 2013 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

11.1 Movimentação

|      |                   |                                     |                                     |                    |                   |
|------|-------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------|-------------------|
|      | <u>31/12/2019</u> | Multa sobre<br><u>ressarcimento</u> | <u>Amortização</u>                  | <u>Atualização</u> | <u>31/12/2020</u> |
| CCEE | 32.420            | 10.526                              | (765)                               | 117                | 42.298            |
|      |                   | <u>31/12/2018</u>                   | Multa sobre<br><u>ressarcimento</u> | <u>Amortização</u> | <u>31/12/2019</u> |
| CCEE |                   | 19.723                              | 25.914                              | (13.217)           | 32.420            |

## 12. OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

|                                  | 31/12/2020    | 31/12/2019    |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Penalidades ANEEL <sup>(a)</sup> | -             | 1.620         |
| Outros <sup>(b)</sup>            | 21.555        | 16.180        |
| Total                            | <u>21.555</u> | <u>17.800</u> |
| Apresentados como:               |               |               |
| Circulante                       | 3.261         | 17.800        |
| Não circulante                   | 18.294        | -             |
| Total                            | <u>21.555</u> | <u>17.800</u> |

Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a:

- i) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 9.c, no montante atualizado de R\$15.962 (Classe III);
- ii) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$3.929, sendo R\$3.223 na Classe I e R\$706, na Classe III;
- iii) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, do parque Unha D'anta do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$1.627 (Classe III).

## 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

|   | Controladora   |               |                |                |
|---|----------------|---------------|----------------|----------------|
|   | Ativo          |               | Passivo        |                |
|   | 31/12/2020     | 31/12/2019    | 31/12/2020     | 31/12/2019     |
| <u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> <sup>(a)</sup> |                |               |                |                |
| Diamantina Eólica Participações S.A.                              | 99.829         | 51.951        | -              | -              |
| Renova Energia S.A.   | -              | -             | 99.831         | 51.951         |
|   | <u>99.829</u>  | <u>51.951</u> | <u>99.831</u>  | <u>51.951</u>  |
|   | Consolidado    |               |                |                |
|   | Passivo        |               | Resultado      |                |
|   | 31/12/2020     | 31/12/2019    | 31/12/2020     | 31/12/2019     |
| <u>Renova Energia S.A.</u>  |                |               |                |                |
| Adiantamento para futuro aumento de capital <sup>(a)</sup>        | 99.830         | 51.951        | -              | -              |
| Rateio de despesa <sup>(b)</sup>                                  | 14.536         | 7.127         | (7.409)        | (5.785)        |
| Mútuo <sup>(c)</sup>  | 2.019          | -             | -              | -              |
|   | <u>116.385</u> | <u>59.078</u> | <u>(7.409)</u> | <u>(5.785)</u> |

- a) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Companhia em sua controlada e recebido da sua controladora Renova Energia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.
- b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

- c) Mútuos realizados com a controladora Renova Energia com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia e suas controladas. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.

#### REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

#### 14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas mantém provisão no montante de R\$449 (2019, R\$3.700) para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais. O saldo da provisão foi parcialmente estornado, ajustando os saldos devidos ao plano de recuperação judicial, uma vez que o montante devido já foi reconhecido no contas a pagar da Companhia.

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### 15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$1.563.956 e está dividido em 1.563.955.849 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

##### 15.2 Aumento de capital

Em 21 de maio de 2019, a controladora Renova Energia S.A. integralizou o capital remanescente no montante de R\$109.099 com créditos detidos contra terceiros.

Em 15 de maio de 2019 a AGE aprovou:

1. Aumento de capital no montante de R\$55.549, mediante a emissão de 55.549.808 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de: (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$54.842, (ii) créditos detidos pela controladora Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$531, e (iii) contribuição de ativo, no valor de R\$176.
2. Redução de capital em decorrência da cisão parcial da Companhia no valor de R\$7.912, mediante o cancelamento de 7.912.090 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

##### 15.3 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

|  | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Prejuízo do exercício  | (9.437)           | (536.630)         |
| Prejuízo básico e diluído por ação:                            |                   |                   |
| Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares) | <u>1.563.956</u>  | <u>1.504.192</u>  |
| Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)                    | <u>(0,01)</u>     | <u>(0,36)</u>     |

## 16. DESPESAS (RECEITAS)

|   | <u>Consolidado</u> |                   | <u>Controladora</u> |                   |
|---|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2020</u>  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2020</u>   | <u>31/12/2019</u> |
| <u>Gerais e administrativas</u>                                   |                    |                   |                     |                   |
| Pessoal e administradores   | 3.254              | 5.239             | -                   | -                 |
| Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>                              | 6.745              | 6.029             | -                   | (100)             |
| Seguros   | 5.492              | 4.158             | -                   | -                 |
| Contingências cíveis e trabalhistas (nota 14)                     | 925                | 1.671             | -                   | -                 |
| Viagens   | 454                | 1.526             | -                   | -                 |
| Aluguéis e arrendamentos  | 520                | 634               | -                   | -                 |
| Impostos e taxas  | 191                | 465               | 1                   | -                 |
| Telefonia e TI  | 457                | 338               | -                   | -                 |
| Material de uso e consumo   | 383                | 442               | -                   | -                 |
|   | <u>18.421</u>      | <u>20.502</u>     | <u>1</u>            | <u>(100)</u>      |
| <u>Amortizações (nota 7)</u>                                      | 442                | 530               | -                   | -                 |
| <u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 7)</u> | 3.646              | 193.363           | -                   | -                 |
| <u>Outras (receitas) despesas, líquidas</u>                       |                    |                   |                     |                   |
| Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão                    | 12.966             | 13.561            | -                   | -                 |
| Multa sobre ressarcimento (nota 11)                               | 10.526             | 25.914            | -                   | -                 |
| Perda na desativação de bens e direitos (nota 7)                  | -                  | 6.740             | -                   | -                 |
| Serviços de terceiros   | 805                | 3.111             | -                   | -                 |
| Outras  | 348                | 803               | -                   | -                 |
|   | <u>24.645</u>      | <u>50.129</u>     | <u>-</u>            | <u>-</u>          |
| Total das despesas  | <u>47.154</u>      | <u>264.524</u>    | <u>1</u>            | <u>(100)</u>      |

1. Refere-se principalmente a gastos relacionados a manutenção dos parques eólicos.

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

|  | Consolidado     |                  | Controladora |                |
|--|-----------------|------------------|--------------|----------------|
|  | 31/12/2020      | 31/12/2019       | 31/12/2020   | 31/12/2019     |
| Receitas financeiras                                 |                 |                  |              |                |
| Outras receitas financeiras                          | 26              | 120              | -            | -              |
| Despesas financeiras                                 |                 |                  |              |                |
| Encargos da dívida (nota 9.1)                        | (38.535)        | (101.533)        | (90)         | (898)          |
| Juros sobre fornecedores e impostos                  | (1.240)         | (20.326)         | -            | (1.042)        |
| Comissões e outras penalidades (dívida) <sup>1</sup> | -               | (49.460)         | -            | -              |
| Fiança bancária (nota 9)                             | (9.918)         | (10.210)         | -            | -              |
| Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 7.2)     | (1.707)         | (1.132)          | -            | -              |
| Outras despesas financeiras                          | (19)            | (698)            | -            | -              |
|  | <u>(51.419)</u> | <u>(183.359)</u> | <u>(90)</u>  | <u>(1.940)</u> |
| Despesas financeiras PRJ <sup>2</sup>                |                 |                  |              |                |
| Encargos da dívida (nota 9.1)                        | 58.855          | (58.855)         | 1.737        | (1.737)        |
| Juros sobre fornecedores e impostos                  | 8.920           | (8.920)          | -            | -              |
| Comissões e outras penalidades (dívida) <sup>1</sup> | 9.006           | (9.006)          | -            | -              |
| Fiança bancária (nota 9)                             | 12.329          | (12.329)         | -            | -              |
|  | <u>89.110</u>   | <u>(89.110)</u>  | <u>1.737</u> | <u>(1.737)</u> |
| Total das despesas financeiras                       | <u>37.691</u>   | <u>(272.469)</u> | <u>1.647</u> | <u>(3.677)</u> |
| Total  | <u>37.717</u>   | <u>(272.349)</u> | <u>1.647</u> | <u>(3.677)</u> |

- (1) Refere-se substancialmente a valores devidos em função de inadimplemento de determinadas cláusulas do contrato de financiamento com o BNDES (Nota 9).
- (2) Refere-se De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

|   | Consolidado |            | Controladora |            |
|---|-------------|------------|--------------|------------|
|   | 31/12/2020  | 31/12/2019 | 31/12/2020   | 31/12/2019 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social          | (9.437)     | (536.873)  | (9.437)      | (536.630)  |
| Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social      | <u>34%</u>  | <u>34%</u> | <u>34%</u>   | <u>34%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 3.209       | 182.537    | 3.209        | 182.454    |
| <u>Adições permanentes</u>  |             |            |              |            |
| Despesas não dedutíveis   | (111)       | -          | -            | -          |
| Resultado da equivalência patrimonial                             | -           | -          | (3.768)      | (181.238)  |
| Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido              | -           | 2.896      | -            | -          |
| Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:      |             |            |              |            |
| Provisões temporárias   | 9.828       | (115.782)  | 590          | (613)      |
| Prejuízo fiscal e base negativa                                   | (12.926)    | (69.408)   | (31)         | (603)      |
| Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado    | <u>-</u>    | <u>243</u> | <u>-</u>     | <u>-</u>   |

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

|   | Controladora   |                |
|---|----------------|----------------|
|   | 31/12/2020     | 31/12/2019     |
| Prejuízo fiscal do exercício  | (91)           | (1.775)        |
| Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores | (7.127)        | (5.352)        |
| Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados                 | <u>(7.218)</u> | <u>(7.127)</u> |

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de aplicações financeiras e fornecedores.

|                               | Consolidado |            |                |            |
|-------------------------------|-------------|------------|----------------|------------|
|                               | Valor justo |            | Valor Contábil |            |
|                               | 31/12/2020  | 31/12/2019 | 31/12/2020     | 31/12/2019 |
| Ativos financeiros            |             |            |                |            |
| Circulante                    |             |            |                |            |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23          | 18         | 23             | 18         |
| Passivos financeiros          |             |            |                |            |
| Circulante                    |             |            |                |            |
| Fornecedores                  | 8.844       | 206.480    | 8.844          | 206.480    |
| Financiamentos                | 113         | 1.122.080  | 113            | 1.122.080  |
| Partes relacionadas           | 14.536      | 7.127      | 14.536         | 7.127      |
| Não circulante                |             |            |                |            |
| Fornecedores                  | 179.162     | -          | 179.162        | -          |
| Financiamentos                | 1.082.641   | -          | 1.082.641      | -          |
| Partes relacionadas           | 101.849     | 51.951     | 101.849        | 51.951     |



|                               | Controladora |            |                |            |
|-------------------------------|--------------|------------|----------------|------------|
|                               | Valor justo  |            | Valor Contábil |            |
|                               | 31/12/2020   | 31/12/2019 | 31/12/2020     | 31/12/2019 |
| Ativos financeiros            |              |            |                |            |
| Circulante                    |              |            |                |            |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1            | -          | 1              | -          |
| Não circulante                |              |            |                |            |
| Partes relacionadas           | 99.829       | 51.951     | 99.829         | 51.951     |
| Passivos financeiros          |              |            |                |            |
| Circulante                    |              |            |                |            |
| Financiamentos                | 7            | 23.123     | 7              | 23.123     |
| Não circulante                |              |            |                |            |
| Financiamentos                | 21.469       | -          | 21.469         | -          |
| Partes relacionadas           | 99.831       | 51.951     | 99.831         | 51.951     |

## b) Categorias de instrumentos financeiros

|                               | Consolidado                       |                  |                                   |                  |
|-------------------------------|-----------------------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|
|                               | 31/12/2020                        |                  | 31/12/2019                        |                  |
|                               | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado |
| Ativos financeiros            |                                   |                  |                                   |                  |
| Circulante                    |                                   |                  |                                   |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23                                | -                | 18                                | -                |
| Passivos financeiros          |                                   |                  |                                   |                  |
| Circulante                    |                                   |                  |                                   |                  |
| Fornecedores                  | -                                 | 8.844            | -                                 | 206.480          |
| Financiamentos                | -                                 | 113              | -                                 | 1.122.080        |
| Partes relacionadas           | -                                 | 14.536           | -                                 | 7.127            |
| Não circulante                |                                   |                  |                                   |                  |
| Fornecedores                  | -                                 | 179.162          | -                                 | -                |
| Financiamentos                | -                                 | 1.082.641        | -                                 | -                |
| Partes relacionadas           | -                                 | 101.849          | -                                 | 51.951           |

|                               | Controladora                      |                  |                  |
|-------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|
|                               | 31/12/2020                        | 31/12/2019       |                  |
|                               | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Custo amortizado |
| Ativos financeiros            |                                   |                  |                  |
| Circulante                    |                                   |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1                                 | -                | -                |
| Não circulante                |                                   |                  |                  |
| Partes relacionadas           | -                                 | 99.829           | 51.951           |
| Passivos financeiros          |                                   |                  |                  |
| Circulante                    |                                   |                  |                  |
| Financiamentos                | -                                 | 7                | 23.123           |
| Não circulante                |                                   |                  |                  |
| Financiamentos                | -                                 | 21.469           | -                |
| Partes relacionadas           | -                                 | 99.831           | 51.951           |

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Diamantina apresentados na nota 9 possuem como contraparte BNDES, Bradesco, Itaú, Banco ABC e Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada possuía um risco de mercado associado ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2020. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos a Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas.

A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estará em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

| <u>Passivo financeiro</u> | <u>Risco</u> | <u>Impacto no resultado e patrimônio</u> |
|---------------------------|--------------|--|
| Empréstimos               | Alta do CDI  | (14.729)                                 |

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir adequadamente os compromissos assumido, os fluxos de vencimento dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 9.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

## f) Gestão de capital (consolidado)

|  | Consolidado        |                    |
|--|--------------------|--------------------|
|  | 31/12/2020         | 31/12/2019         |
| Dívida de empréstimos e financiamentos       | (1.082.754)        | (1.122.080)        |
| Patrimônio líquido negativo                  | (208.298)          | (198.861)          |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa            | 23                 | 18                 |
| Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo | <u>(1.291.029)</u> | <u>(1.320.923)</u> |

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Administração da Companhia acredita que, os Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

## 20. COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

| Objeto da Garantia                        | Importância Segurada | Vigência   |            |
|---|----------------------|------------|------------|
|   |                      | Início     | Fim        |
| Garantia executante construtor (LER 2013) | R\$ 19.050           | 30/04/2021 | 30/04/2022 |
| Garantia executante construtor (LIGHT I)  | R\$ 34.460           | 31/01/2021 | 31/01/2022 |
| Responsabilidade civil                    | R\$ 20.000           | 27/03/2021 | 24/04/2022 |
| Risco de engenharia                       | R\$ 2.523.189        | 01/12/2019 | 27/09/2021 |

## 21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

|  | Nota explicativa | Consolidado |            | Controladora |
|--|------------------|-------------|------------|--------------|
|  |                  | 31/12/2020  | 31/12/2019 | 31/12/2019   |
| Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores                                    | 7                | (439)       | (595)      | -            |
| Direito de uso - Arrendamento  | 7.2              | 817         | 11.248     | -            |
| Aumento de capital com participação em investida                                 | 6.1, 15.2        | -           | 531        | 531          |
| Aumento de capital com créditos para quitação de ativo imobilizado de controlada | 6.1, 7, 15.2     | -           | 109.099    | 109.099      |
| Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital                     | 6.1, 15.2        | -           | 4.816      | 4.816        |
| Redução de capital com entrega do ativo imobilizado                              | 6.1, 7, 15.2     | -           | (7.912)    | (7.912)      |
| Aumento de capital com contribuição de ativos                                    | 6.1, 7, 15.2     | -           | 176        | 176          |
| Amortização de financiamento com outras contas a pagar                           | 9.1              | -           | (15.893)   | -            |

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 22.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.3). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

### 22.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A Transação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As Partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da Transação.

### 22.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram os pagamentos iniciais aos credores das Classes III e IV, de acordo com seus Planos de Recuperação Judicial aprovados no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257-54.2019.8.26.0100.

### 22.4 Aumento de capital

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a “1ª Janela do Pedido de Conversão” foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

\* \* \*

Marcelo José Milliet  
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA